

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.847.301 - SE (2019/0332082-9)**

**RELATORA** : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
**RECORRENTE** : CLAUDIA MARA DE SANTANA  
**ADVOGADO** : ARETUSA MARIA SOUZA DE OLIVEIRA - SE001024A  
**RECORRIDO** : MUNICÍPIO DE POÇO REDONDO  
**ADVOGADO** : DANIELA FREITAS DE OLIVEIRA - SE010262

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto por CLAUDIA MARA DE SANTANA, com base na alínea **a** e **c** do art. 105, III, da CF/88, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DAS DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS ORIUNDA DA URV - RECOMPOSIÇÃO SALARIAL QUE TEM POR TERMO FINAL A VIGÊNCIA DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL - REESTRUTURADORA DO CARGO - RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO QUINQUENAL SOBRE AS DIFERENÇAS SALARIAIS - DESCABIMENTO DE INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - DESCUMPRIMENTO PELA AUTORA DO ART. 373, I DO CPC - MANUTENÇÃO DO COMANDO SENTENCIAL - RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E DESPROVIDO - DECISÃO UNÂNIME" (fl. 348e)

Em suas razões recursais, a recorrente alega ofensa aos arts., sustentando o seguinte:

"14. Em que pese o inenarrável saber jurídico dos Nobres Julgadores, não julgaram com o costumeiro acerto devendo o v. Acórdão ser reformado como será oportunamente demonstrado.

15. Eméritos Ministros! É notório, é cristalino o direito da parte recorrente. Tanto é verdadeiro o direito buscado, que o Recorrido em sua Contestação, limitou-se a apontar suposta prescrição do direito, sustentando ao final que a reestruturação posterior foi suficiente para repor a perda salarial ora buscada, alegou, no entanto, não acostou nem na contestação e nem nas contrarrazões qualquer documento que comprovasse o quanto alegado.

16. No Acórdão recorrido, os Desembargadores julgadores, entenderam pela "INEXISTÊNCIA DE DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO"

acolhendo a hipótese de que a Lei Municipal 162/2002 recompôs os prejuízos sofridos pelos servidores municipais.

17. No entanto, resta pacificado pelos tribunais pátrios, inclusive, no tribunal de origem e nessa Corte, que não é qualquer lei posterior que serve como termo ad quem para o reconhecimento da prescrição, ou seja, a lei tem que dizer falar (trazer expresso) de que incorporou/recompôs esses prejuízos, e a lei criada pelo município nada fala e o réu/recorrido não se desincumbindo do ônus probatório quando teve a chance de provar (...).

18. Eméritos Julgadores, como resta pacificado em decisões dos tribunais pátrios, e nos tribunais superiores, a falta de conversão e/ou conversão errônea da URV atinge o CARGO. Isso porque, conforme aresto do Superior Tribunal de Justiça, a incorporação pretendida visa sanar violação do padrão remuneratório do cargo, não se atendo às peculiaridades do agente público. Foi o que ocorreu no presente caso, o recorrente ingressou no serviço público posteriormente a edição da lei federal estando o salário defasado pela não conversão e/ou conversão defeituosa pelo ente público.

19. Quanto a observação de que a servidora pública municipal não trouxe aos autos contracheques ao tempo da conversão", não deveria sequer constar no Acórdão atacado. Ressalte-se que, imputar a parte Requerente a obrigação de apresentar tais documentos, indiscutivelmente, equivale a prescrever a produção de uma prova negativa, ou prova diabólica (Probatio Diabolica).

20. Nesse passo, o juiz a quo afastou-se da lei (Art, 373, §1º, CPC), julgou improcedente a ação, não inverteu o ônus da prova, fundamentando a sentença na PRESUNÇÃO de que a lei superveniente recompôs corretamente a parcela referente a parcela de URV. Visto ser impossível para a autora que entrou em momento posterior a lei, trazer aos autos qualquer prova além das já apresentadas.

21. É certo que cabia a autora provar a existência de seu direito, enquanto ao réu cabia provar a inexistência deste ou demonstrar fatos que o modifiquem, de modo que, a grosso modo, a prova cabe a quem alega. E o réu alegou fatos modificativos do direito buscado pelo autor, aludiu que a Lei Municipal 162/2002 incorporou/recompôs os prejuízos advindo da errônea correção da URV, no entanto, não acostou nos autos nenhum documento do ano de 1993/1994, (visto que é guardião de todos os documentos estando em melhores condições de provar), que comprovasse a conversão da URV na forma da lei federal 8.880/1994.

(...)

24. Isso posto, se não existiam nos autos provas suficientes do direito buscado e o recorrido também não desconstituiu (não provou a incorporação/recomposição pretendida) e a Lei Municipal 162/2002 não traz dispositivo expresso de que fez a incorporação/recomposição quando reestruturou a carreira do servidor, tanto o juiz a quo quanto o relator a quo julgaram por PRESUNÇÃO o direito invocado pela Recorrente está ancorado na Lei 8.880/94, ou seja, o direito do Requerente esta constituído por não haver fato impeditivo, modificativo ou extintivo do seu, não há que se falar em PRESCRIÇÃO.

#### **DAS RAZÕES PARA REFORMA**

25. O v. Acórdão deve ser reformado como medida da mais lúdima justiça. Isso porque, o não acolhimento da inversão do ônus da prova findou com a improcedência dos pedidos autoral positivando a sentença de improcedência do MM. Juiz a quo. Tal decisão ofende o art. 489, § 1º, IV, do NCPC/2015, (...).

26. A decisão de negar provimento ao apelo da recorrente pelo Tribunal a quo acabou por infringir os artigos art. 373, II do NCPC/2015, pois não manifestou-se em relação aos argumentos apresentados nas razões da Apelante ora recorrente, deixando de fundamentar o v. Acórdão em dispositivos da lei federal acolhendo PRESUMIDAMENTE ditames de lei municipal superveniente, os quais poderia, de fato, refutar a sentença de improcedência do juiz a quo, reformando-a.

(...)

29. Logo, confia a parte recorrente no altíssimo grau de entendimento jurídico do E. STJ, cuja função é zelar pela unidade, autoridade e uniformidade da lei federal, que fará melhor interpretação da Lei 8.880/94 face a Lei Municipal superveniente, reformando a sentença e o acórdão a quo, é o que vem aqui se pedir.

30. Destarte a parte recorrente ter protocolado planilha de cálculos e as fichas financeiras dos últimos 05 (cinco) anos e não ter a parte recorrida trazido aos autos, uma única prova que pudesse desconstituir o direito da recorrente, o Acórdão ad quem não deu provimento ao recurso, decidindo por PRESUNÇÃO e ao arripio da Lei Federal, valorando a lei estadual superveniente que reestruturou o salário da forma em que se encontrava a remuneração, uma vez que, não implementou corretamente a conversão da moeda.

31. No presente caso, o v. Acórdão simplesmente NEGOU-SE a apreciar os fundamentos trazidos pela recorrente em suas razões

recursais, mantendo a sentença de primeiro grau, que também, sem a adequada e necessária fundamentação deixou de apreciar com zelo o mérito da ação em desrespeito a dispositivo da Lei Federal, julgando improcedente a ação. o que deve ser reconhecido por este tribunal.

**DA DIVERGENCIA JURISPRUDENCIAL**

32. No caso em tela, o v. Acórdão decidiu por PRESUNÇÃO de que a Lei 162/2002, que fixou uma nova reestruturação remuneratória da carreira dos seus servidores, REESTRUTUROU a remuneração repondo a perda salarial ora buscada, contrariando o entendimento firmado no RE nº 561836/RN, divergindo totalmente da repercussão geral do STF, conforme será demonstrado abaixo.

33. O v. Acórdão contrariou jurisprudência do STF com repercussão geral reconhecida no RE 561.836 -RN, entendeu o MM. Relator a quo que nos casos onde tenha sido implantada qualquer reestruturação da remuneração determinada por lei própria, aquela seria suficiente para repor as perdas salariais ora perseguidas, ou seja, toda e qualquer reestruturação da carreira teria o condão de repor as perdas da URV, o que não é verdade.

34. Isso se diz porque, conforme farta jurisprudência colacionada nos autos da peça inaugural e assim também, na peça apelatória, não é qualquer lei estruturante que tem o condão de repor as perdas decorrentes da errônea correção da URV. Isso porque, a é próprio da lei estruturante, trazer clareza de como se deu a incorporação/recomposição das perdas oriundas da conversão da URV e inclusive, essa incorporação deve ser especificada nos contracheques dos seus servidores.

(...)

36. Nesse diapasão, se a própria turma, assim como o Superior Tribunal de Justiça-STJ entende que os reajustes advindos por legislação superveniente a Lei Federal 8.880/94 não tem o condão de corrigir equívocos procedidos na conversão dos vencimentos dos servidores em URV, a edição da Lei Municipal 162/2002 não pode servir de termo ad quem para a contagem da prescrição, o que reforça o pedido de reforma da r. sentença.

(...)

40. No entanto, como vastamente demonstrado, somente uma reestruturação que traga previsão expressa de reposição/incorporação ou absorção da URV e paga destacadamente no vencimento é que pode extinguir o direito ora buscado.

41. Ocorre que, nenhuma reposição restou comprovada, não existe nos autos nenhuma lei específica destinada a recompor aquela perda

ou com previsão expressa de reposição da URV nos salários, nem em ficha financeira, nem publicação no Diário Oficial do Estado, nem ofício ou qualquer documento que comprove quaisquer alegações a esse respeito, não serve de termo ad quem e não justifica a manutenção da sentença de improcedência do juiz a quo.

(...)

43. Neste pronunciamento, o Senhor Ministro entendeu que a reestruturação de remuneração que tenha assimilado ou absorvido a parcela paga destacadamente relativa a defasagem ocasionada pela errônea conversão em URV deve ser compensada para se evitar o pagamento em duplicidade.

44. Não foi o que ocorreu no presente caso. Tão certo é, que o recorrido nunca pagou nenhum valor a título de diferença de URV e que a lei acostada nada indica que houve absorção/recomposição, que teve diversas oportunidade de trazer aos autos documentos probatórios capazes de desconstituir o direito autoral e não o fez. Pois tais documentos são inexistentes.

45. Nobres Julgadores, a reforma do v. Acórdão é medida que se impõe, visto que, resta consolidado pelo STF com repercussão geral reconhecida que não é toda e qualquer reestruturação da remuneração que tem o condão de repor o decréscimo salarial decorrente da ausência/errônea conversão dos salários em URV. Apenas aquela lei reestruturante com previsão destacada dessa reposição em seu bojo tem o condão de compensar os prejuízos resultante da ausência/errônea conversão dos salários em URV.

46. Com efeito Eméritos Ministros, uma coisa é a lei prever uma "fictícia reestruturação da carreira", outra, bem diferente, é esta reestruturação suprir, por completo, eventual defasagem na remuneração do Recorrente, questão que, não ficou provada nos autos pelo Recorrido, devendo ser apurada em liquidação de sentença.

47. Conforme a inicial, pretende a parte recorrente a recomposição salarial no percentual de 11,98%, bem como as diferenças apuradas desde os cinco anos anteriores à propositura da ação, corrigidas monetariamente e acrescidas de juros de mora, devendo a condenação incidir sobre todas as verbas percebidas, inclusive 13º salário, férias, gratificações e demais vantagens que compõem a remuneração ou proventos, respeitada a prescrição quinquenal contada do ingresso da presente demanda.

48. Isso porque, resta pacífico na jurisprudência que as legislações posteriores à Lei Ordinária 8.880/194 não afastam o direito dos servidores em buscarem as diferenças remuneratórias pleiteadas, vez

que essas possuem natureza diversa do padrão remuneratório criado naquela. No caso em exame, foi oportunizado várias chances de defesa ao Recorrido que apenas alegou sem anexar prova nenhuma de que os seus servidores tiveram as distorções salariais corrigidas pela referida lei de reestruturação.

49. Nesse passo, como não foi protocolada provas das alegações do recorrido o eminente RELATOR decidiu por PRESUNÇÃO, apenas acompanhou decismum do juiz a quo de que a Lei Municipal 162/2002, tenha recomposto/incorporado o índice relativo a URV. No entanto, a lei superveniente não traz expressamente dispositivo acerca dessa recomposição/incorporação.

50. Assim, não dar provimento ao recurso apelatório, ainda que, com fundamentação diversa lamentavelmente afastou-se da lei federal, afrontada em face da lei estadual superveniente que não incorporou quaisquer verbas a título de URV.

51. No contexto dos autos, não há dúvida de que o r. Sentença deve ser totalmente reformada, devendo, outro sim, ser afastado o v. Acórdão que conheceu e não proveu o apelo com fundamento na PRESCRIÇÃO advinda da edição de lei municipal superveniente que nada traz em seus dispositivos que tenha obedecido ditames da Lei Federal. Isso porque, resta pacificado na jurisprudência pátria e nos tribunais pátrios que não é qualquer lei superveniente que tem o condão de incorporar as famigeradas URVs, mas, apenas aquelas leis estruturantes que traz previsão expressa dessa incorporação.

52. Em que pese o respeito ao notório saber jurídico do douto prolator da decisão ora atacada, não pode a mesma prevalecer como entrega final da prestação jurisdicional invocada pela parte requerente, eis que foi prolatada com defeito, pois julgou improcedentes os pedidos de incorporação e pagamento do decréscimo salarial decorrente da ausência/errônea conversão dos salários em URV com base em uma PRESUNÇÃO de que a lei superveniente editada pelo requerido recompôs/absorveu os prejuízos.

(...)

#### **DOS REQUERIMENTOS**

54. Diante de toda exposto, requer-se a reforma do Acórdão e o reconhecimento do direito da servidora em buscar o amparo do judiciário para recompor os percentuais de 11,98% ao seu salário a título de correção da URV e assim como, os valores retroativos respeitado o quinquênio legal.

55. Como se vê nos dispositivos da Lei Federal, resta cabalmente demonstrada a violação de seus dispositivos e da divergência

jurisprudencial acerca da interpretação dos dispositivos legais violados" (fls. 390/399e).

Requer, ao final, o provimento do Recurso Especial.

Com contrarrazões (fls. 401/414e), O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 417/421e).

De início, o Tribunal de origem dirimiu a controvérsia, nos seguintes termos:

"Trata-se de recurso apelatório interposto por em face do CLAUDIA MARA DE SANTANA, para reforma da sentença relativa a recomposição salarial MUNICÍPIO DE POÇO REDONDO, a quo, e pagamento das diferenças, por força da URV.

Impende consignar que o objeto recursal gira em torno do afastamento da prescrição reconhecida pelo juízo a quo, uma vez que a Lei Municipal reestruturadora dos cargos público, não procedera a recomposição ou absorção do decréscimo no salário, causado pela da conversão da moeda de URV em Real, e indica a aplicação da inversão do ônus da prova.

Pois bem, quanto a inversão do ônus da prova, entendo descabido pois, argumentando a autora que a Lei instituidora do Plano de Carreira e Remuneração, advinda em 2002, não teria absorvido as perdas decorrentes da conversão da moeda, caberia a si o ônus da prova nos moldes do art. 373, I do CPC.

É que toda proposição necessita de uma sustentação, com base em fatores firmes e concretos, capazes de gerar veracidade ao fim que se pretende, através das vias judiciais, e não se desincumbido a autora do ônus probanti do fato constitutivo do seu direito, descabida a inversão do ônus da prova neste momento processual.

No caso aqui examinado, a servidora pública municipal, em que pese ter juntado aos autos contracheques ao tempo da conversão, não provou e ou sequer indicou a data do efetivo pagamento dos seus vencimentos, de molde a verificar a obediência da regra do artigo 18 da Medida Provisória nº 434/1994, convertida na Lei 8.880/94, ou que as Leis Municipais 162/2002 e 156/2002, não absorveram as perdas do equívoco da conversão da URV.

Não há qualquer ofensa aos julgados em sede de recurso repetitivo, mas unicamente a aplicação de seus precedentes, pois a cobrança destas perdas salariais oriundas da conversão da URV, em caso de comprovada a conversão em data diversa da do pagamento, encontra limite temporal na edição das leis que reestruturaram a carreira dos servidores públicos e instituíram novo sistema remuneratório.

(...)

Nesta senda, sem máculas o comando sentencial quando reconheceu a prescrição do direito autoral, uma vez que, as leis que reestruturaram a carreira e vencimentos da autora datam de 2002 – LC 156/2002 e 162/2002, ou seja, qualquer parcela devida antes da reestruturação, já encontra atingida pelo quinquênio prescricional, ou seja, as diferenças remuneratórias da conversão monetária, a que eventualmente a autora teria direito, foram abarcadas pela prescrição. Repisando, considerando-se que o pagamento das diferenças de URV, seriam devidas somente até agosto 2002, com a prescrição quinquenal atingindo as parcelas anteriores a março 2013, vê-se que na presente lide, não há diferenças de URV a serem pagas, pois já fulminadas pela prescrição.

(...)

Com tais considerações, por outros fundamentos, CONHEÇO DO RECURSO PARA LHE NEGAR mantendo-se a prescrição quinquenal acolhida pelo Juízo singular" (fls.350/353e).

Em relação ao art. 489, § 1º, IV, deve-se ressaltar que o acórdão recorrido não incorreu em qualquer vício, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou, fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente.

Vale ressaltar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp 408.492/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 24/10/2013; STJ, AgRg no AREsp 406.332/MS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 14/11/2013; STJ, AgRg no REsp 1360762/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/09/2013.

Quanto à ofensa ao art. 373, II, do CPC/73, o Tribunal de origem, com base no exame dos elementos fáticos dos autos, consignou que "quanto a inversão do ônus da prova, entendo descabido pois, argumentando a autora que a Lei instituidora do Plano de Carreira e Remuneração, advinda em 2002, não teria absorvido as perdas decorrentes da conversão da moeda, caberia a si o ônus da prova nos moldes do art. 373, I do CPC. (...) não se desincumbido a autora do ônus probanti do fato constitutivo do seu direito, descabida a inversão do ônus da prova neste momento processual. (...) No caso aqui examinado, a servidora pública municipal, em que pese ter juntado aos autos contracheques ao tempo da conversão, não provou e ou sequer indicou a data do efetivo pagamento dos seus vencimentos, de molde a verificar a obediência da regra do artigo 18 da Medida Provisória



434/1994, convertida na Lei 8.880/94, ou que as Leis Municipais 162/2002 e 156/2002, não absorveram as perdas do equívoco da conversão da URV" (fl. 350e).

Nesse contexto, considerando a fundamentação do acórdão objeto do Recurso Especial, os argumentos utilizados pela parte recorrente somente poderiam ter sua procedência verificada mediante o necessário reexame de matéria fática, não cabendo a esta Corte, a fim de alcançar conclusão diversa, reavaliar o conjunto probatório dos autos, em conformidade com a Súmula 7/STJ.

Ainda que assim não fosse, é de se ter que, para a resolução da controvérsia, além da interpretação da legislação local, o que impede a sua revisão por esta Corte, ante o óbice descrito na Súmula 280 do STF ("Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário", para acolher os argumentos da parte recorrente, seria imprescindível reexaminar os fatos da presente causa, o que é insuscetível de ser realizado, na via estreita do Recurso Especial, ante o óbice da Súmula 7 ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial") do STJ.

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. REAJUSTE VENCIMENTAL. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/94. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. INOCORRÊNCIA. PARCELAS DE TRATO SUCESSIVO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 85/STJ. PRECEDENTES DO STJ. DEFASAGEM SALARIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. LIMITAÇÃO TEMPORAL. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. POSSIBILIDADE. LEI ESTADUAL. SÚMULA 280/STF. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO PELA ALÍNEA "A". DISSÍDIO PRETORIANO PREJUDICADO. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

1. Trata-se de ação em que os recorrentes, todos servidores públicos, ingressaram em juízo objetivando o recálculo dos seus vencimentos e proventos, convertendo-os para a URV a partir do mês de março de 1994, conforme estabelecido no artigo 22 da Lei 8.880/94.

2. "A jurisprudência desta Corte é pacífica ao reconhecer que, nas hipóteses de pedido de diferenças salariais originadas da conversão de cruzeiros reais para URV, não se opera a prescrição do fundo de direito, mas apenas das parcelas vencidas no quinquênio anterior ao ajuizamento da ação, aplicando-se a Súmula 85 do STJ." (STJ, REsp 1.480.376/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 06/10/2014). Neste ponto, observa-se falta de

interesse recursal dos recorrentes, já que ausente a sucumbência suscitada.

3. Quanto ao mais, o Tribunal de origem consignou: a) "passados 20 anos da data da alegada não conversão, seria necessário que os autores comprovassem o efetivo prejuízo financeiro dela decorrente"; e b) "as parcelas relativas às diferenças decorrentes da conversão dos vencimentos em URV têm seu termo final na data em que editada lei que reestruture a remuneração dos servidores", bem como que "a Lei Complementar Estadual nº 836, de 30 de dezembro de 1997, instituiu novo plano de carreira, vencimentos e salários para os integrantes do quadro do magistério da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, classe a que pertencem parte dos autores, representando o marco temporal final para incidência dos reflexos da conversão pretendida".

**4. No presente caso, concluiu a Corte de origem que os recorrentes não demonstraram prejuízos financeiros. Rever o entendimento da Corte de origem implica abrir reexame do contexto fático-probatório dos autos. Incidência, na hipótese, da Súmula 7 do STJ.**

5. Com efeito, está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores.

**6. A controvérsia em exame remete à análise de Direito local (Lei Complementar Estadual 836/1997), revelando-se incabível a via recursal especial para rediscussão da matéria, ante a incidência da Súmula 280 do STF.**

7. Assinale-se, por fim, que fica prejudicada a análise da divergência jurisprudencial quando a tese sustentada já foi afastada no exame do Recurso Especial pela alínea "a" do permissivo constitucional.

8. Recurso Especial não conhecido" (STJ, REsp 1.653.048/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/04/2017).

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. URV. DIFERENÇAS SALARIAIS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TRIBUNAL DE ORIGEM CONCLUIU QUE A LEI DELEGADA MINEIRA 43/2000 PROMOVEU A REESTRUTURAÇÃO NA CARREIRA DOS POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES DO ESTADO, ABSORVENDO AS PERDAS DECORRENTES DA CONVERSÃO DA REMUNERAÇÃO EM URV. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. No caso dos autos, a Corte de origem concluiu que, embora tenha havido perda remuneratória, a entrada em vigor da Lei Delegada 43/2000, promoveu a reestruturação do sistema remuneratório do pessoal da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado de Minas Gerais, absorvendo todos os prejuízos causados pela conversão da moeda. Dessa forma, é cabível a limitação temporal do pagamento, conforme entendimento firme da jurisprudência deste Tribunal.

2. **Cabe asseverar que a revisão do entendimento esposado pelo Tribunal de origem acerca da limitação temporal do direito à recomposição das perdas remuneratórias à vigência da Lei Delegada Mineira 43/2000, demandaria não só imprescindível revolvimento do acervo fático-probatório delineado nos autos, mas também da legislação local, sendo inviável tal discussão, na via eleita, ante o óbice contido nas Súmulas 7 do STJ e 280 do STF, esta última aplicável por analogia.**

3. Agravo Regimental desprovido" (STJ, AgRg no REsp 1.245.652/MG, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 31/08/2016).

"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. REAJUSTE DE VENCIMENTOS EM URV. LIMITAÇÃO TEMPORAL. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. POSSIBILIDADE. LEIS MUNICIPAIS Nº 7.012/95 E 7.235/96. INTERPRETAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 280/STF. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. OCORRÊNCIA.

1. É possível, nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, a limitação das diferenças salariais decorrentes da errônea conversão de vencimentos em URV à data em que houve a reestruturação de carreira da servidora. Precedente.

2. **O acolhimento das proposições recursais, em detrimento da conclusão do Tribunal de origem quanto à limitação temporal do reajuste vindicado - feita com base na interpretação das Leis municipais 7.012/95 e 7.235/96, é vedado a este Superior Tribunal de Justiça, em decorrência da aplicação do disposto na Súmula 280/STF: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário".** Precedentes.

3. Tendo a ação sido proposta há mais de cinco anos da data em que houve a reestruturação de carreira do servidor embargado, a prescrição atingiu todo o direito reclamado.

4. Embargos de declaração acolhidos, com efeitos modificativos" (STJ, EDcl nos EDcl no REsp 1.280.271/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/12/2015).

Anote-se, por fim, que segundo entendimento desta Corte, a inadmissão do

recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, **a**, da Constituição Federal, em razão da incidência de enunciado sumular, prejudica o exame do recurso, no ponto em que suscita divergência jurisprudencial, se o dissídio alegado diz respeito ao mesmo dispositivo legal ou tese jurídica, o que ocorreu na hipótese. Nesse sentido: STJ, AgInt no REsp 1.590.388/MG, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 24/03/2017.

Ante o exposto, **não conheço** do Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 5% (cinco por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

Ressalte-se que, em caso de reconhecimento do direito à gratuidade de justiça, permanece suspensa a exigibilidade das obrigações decorrentes de sua sucumbência, nos termos do § 3º do art. 98 do CPC/2015.

I.

Brasília, 25 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora